

**DECRETO N.º 41.175, DE 24 DE SETEMBRO DE 1996**

*Identifica funções de chefia e encarregatura específicas da carreira de Carcereiro, a serem retribuídas mediante gratificação "pro labore" e dá providências correlatas*

**Retificação do D.O. de 25-9-96**

No referendo foi incluído:  
Fernando Gomez Carmona  
Secretário da Administração  
e Modernização do Serviço Público

**ATOS DO GOVERNADOR****Despacho do Governador, de 30-9-96**

No processo HC-2.332-96-G-55, em que é interessado o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sobre preenchimento de Funções-Atividades: "Diante dos elementos de instrução do processo, da manifestação da Secretaria da Saúde, do pronunciamento das Secretarias de Economia e Planejamento e da Fazenda, bem como da Administração e Modernização do Serviço Público, e à vista do parecer 1.149-95, da AJG, exarado no processo GG-1.300-95, autorizo, em caráter excepcional, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo a adotar as providências necessárias objetivando ao preenchimento de 880 funções-atividades vagas, relacionadas a fls. 21, em reposição, nos termos da legislação vigente, mediante aproveitamento de candidatos habilitados, remanescentes de concursos públicos já realizados, com prazo de validade em vigor, ou abertura de concurso público que fica autorizado a realizar, nos termos do art. 13 de LF 6.091-74, obedecidos os demais preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie. Visando, ainda, evitar que as atividades desenvolvidas pelo Hospital não sofram solução de continuidade, autorizo, também, a reposição automática destas 880 funções-atividades, à medida em que ocorrerem vagas, observadas as condições e normas legais acima especificadas."

**GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Secretário: Antonio Angarita  
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - Fone: 845-3344

**GABINETE DO SECRETÁRIO****Resolução de 30-9-96**

I - Conferindo à "Subcomissão de Avaliação de Veículos", designada pela resolução de 16, publicada no D.O. 17-1-96, para proceder à formação de lotes e à avaliação dos veículos oficiais considerados excedentes, a serem alienados em decorrência do estabelecido no Dec. 40.232-95, mais a incumbência de exercer essas atribuições em relação a outros veículos oficiais declarados inservíveis para o serviço público pela Comissão de Material Inservível, da Coordenadoria de Administração Geral, da Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público, e que sejam objeto de alienação conduzida pela Comissão Executiva constituída pelo decreto de 1.º, publicado no D.O. de 2-8-95, com suas alterações posteriores, retroagindo os efeitos desta decisão, na parte relativa às atribuições da subcomissão, a 17-1-96.

II - Reformulando a composição da Subcomissão de Avaliação de Veículos a que se refere o inciso I, na seguinte conformidade:

da Secretaria do Governo e Gestão Estratégica:  
Marcos Antonio Oliveira Cintra, RG 7.666.704, Diretor de Divisão, a quem cabe a coordenação dos trabalhos da "Subcomissão", José Carlos Fonseca, RG 4.922.504, Encarregado do Setor de Manutenção I e Linel Jorge da Silva, RG 21.448.536, Auxiliar de Serviços e Manutenção, da Divisão de Transportes; Valterlu Crestani, RG 3.363.937-1, Analista de Transportes, do Departamento de Transportes Internos - DETIN;

da Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público: Sebastião Salvador de Oliveira, RG 3.846.832, Chefe de Seção, da Divisão de Material Excedente, da Coordenadoria de Administração Geral.

**Despacho do Secretário, de 26-9-96**

No processo GG-963-96, em que é interessado o Conselho Estadual da Condição Feminina sobre renovação de 1 assinatura da revista Exame: "Ratifico a decisão de fls. 8, ficando confirmada, desse modo, a inexistência de licitação."

**JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA**

Secretário: Belisário dos Santos Júnior  
Pátio do Colégio, 148 - Centro - Fone: 239-4399

**GABINETE DO SECRETÁRIO****Despachos do Secretário****De 17-9-96**

Pr. Procon/AI-834/96 — Bazar Elefante Branco Ltda. — Recorre contra multa imposta pelo Procon: "Conheço do recurso, mas, no mérito, nego-lhe provimento, por carecer de amparo legal, como faz certo o parecer da Consultoria Jurídica, de autoria de sua ilustrada Chefe Bela. Maria Lúcia Giangiacomo Bonilha. Permito-me para bem caracterizar a improcedência dos argumentos da recorrente, transcrever trecho do referido parecer, por si só, suficiente para embasar esta decisão: "O argumento da recorrente, no sentido de que alguns produtos estavam sem os preços afixados, porquanto haviam similares com valores identificados, não prospera. De fato, todos os bens expostos à venda devem assegurar informações sobre o seu preço, nos termos do artigo 11, alínea "c", da Lei Delegada n.º 4/62, artigo 31, da Lei n.º 8.078/90 e da Portaria Sunab 4/94. Evidentemente não caberia ao consumidor, identificar produtos, eventualmente, similares para ter conhecimento do preço."

**De 19-9-96**

Pr. Procon/AI-858/96 — Ótica Itapoan Ltda. Recorre contra multa imposta pelo Procon: "Conheço do recurso, mas, no mérito, nego-lhe provimento, por carecer de amparo legal, como bem acentuado no parecer da Consultoria Jurídica, emitido por Ruth Helena Pimentel de Oliveira e aprovado por sua Chefe Bela. Maria Lúcia Giangiacomo Bonilha. A alegação de ignorância da lei não pode ser aceita, desconhecendo aí também a recorrente o mandamento legal do artigo 3.º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Também a falta de má fé por parte do comerciante não tem o condão de afastar a infração praticada."

Pr. Procon/AI-859/96 — Comercial Ótica Tamai Ltda. — Recorre contra multa imposta pelo Procon: "Conheço do recurso, mas, no mérito, não lhe dou provimento, por carecer de amparo legal, como faz certo o parecer da Consultoria Jurídica da Pasta, de autoria da Bela. Ruth Helena Pimentel de Oliveira, aprovado por sua Chefe Bela. Maria Lúcia Giangiacomo Bonilha."

Pr. Procon/AI-887/96 — Ebro eletro Eletrônica Ltda. — Recorre contra multa imposta pelo Procon: "Conheço do recurso, mas, no mérito, não lhe dou provimento, por carecer de amparo legal, como faz certo o parecer da Consultoria Jurídica da Pasta, de autoria da Bela. Ruth Helena Pimentel de Oliveira, aprovado por sua Chefe Bela. Maria Lúcia Giangiacomo Bonilha."

**Portarias do Chefe do Gabinete, de 30-9-96**

Concedendo Aposentadoria: com fundamento no art. 20, inciso II, c.c. os arts. 25 e 28 da Lei 10.393/70 e nos termos do parágrafo único do art. 40 c.c. o art. 51 da Lei Federal 8.935/94, a Reynaldo Hyertquist, RG 1.044.902, no cargo de Escrevente habilitado do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da comarca de Ribeirão Preto, fazendo jus aos proventos mensais correspondentes a Serventia de Sede de Comarca de 3.ª Entrância, cujo valor da remuneração base é equivalente a 11,05 salários mínimos, por contar com mais de 35 anos de efetivo exercício. Pr. SJDC-255.272/96;

Com fundamento no art. 126, inciso III, alínea "c", da Constituição do Estado de São Paulo e nos termos do parágrafo único do art. 40 c.c. o art. 51 da Lei Federal 8.935/94, a Isaias Felix da Silva, RG 5.740.578, no cargo de Escrevente habilitado do 24.º Cartório de Notas da comarca da Capital, fazendo jus aos proventos mensais correspondentes a Serventia de Sede de Comarca de Entrância Especial, de valor equivalente a 14,57 salários mínimos, proporcionais a 30 anos de efetivo exercício. Pr. SJDC-255.295/96.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO****Despacho do Diretor, de 30-9-96**

Pr. SJDC-255.418/96. Seção de Transportes. Aquisição de 5.000 litros de álcool hidratado para abastecimento dos veículos pertencentes a frota desta Secretaria. "Nos termos do artigo 43, inciso IV, da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, combinado com o disposto no Decreto 31.138/90 e Resolução SJDC-39/91, adjudico e homologo o objeto da licitação à empresa Petrobrás Distribuidora S/A, única participante do certame, tudo conforme decisão da Comissão Julgadora, do Convite 9/96."

**Comunicado** Proc. SJDC 254.877/96. Interessado — Seção de Transporte. Assunto — laudo Técnico de dois tanques de armazenamento de combustíveis.

Julgamento e Deliberação: A Comissão Julgadora, após análise das propostas, relativas ao Convite n.º 08/96, que trata de elaboração de Laudo Técnico de dois tanques de armazenamento de combustíveis, instalados no imóvel localizado na Rua Dr. Oscar Cintra Gordinho, 243, Centro, Decide:

Classificar obedecido o critério de menor preço as empresas:  
SEBELA - Serviços de Engenharia Emílio Baumgart Ltda. primeira colocada e  
PROGEL - Engenharia Especializada Ltda. segunda colocada.

Fica aberto o prazo recursal de dois dias úteis, para interposição de recursos, conforme dispõe o parágrafo 6º do artigo 109, da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94.

Proc. SJDC 255.418/96. Interessado — Seção de Transportes. Assunto. Aquisição de 5.000 litros de álcool hidratado para abastecimento dos veículos pertencentes a frota desta Secretaria.

Decisão de Comissão Julgadora do Convite 9/96: A Comissão de Licitação, após análise da proposta apresentada Resolve: classificar a empresa Petrobrás Distribuidora S/A, para fornecimento de 5.000 litros de álcool hidratado para o abastecimento dos veículos pertencentes a frota desta Secretaria, única participante do certame, tendo em vista que o preço ofertado está a baixo dos fornecidos no mercado, a empresa Petrobrás Distribuidora S/A fixou o valor total de R\$ 2.158,50.

A classificação supracitada já é justificada devido ao desinteresse dos convidados, e a repartição do convite, causaria prejuízo a Administração podendo ser paralisada a frota da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

**CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL**

Secretária: Marta Teresinha Godinho  
Rua Bela Cintra, 1.032 - Cerqueira César - Fone: 259-4155

**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR****Extrato do Convênio**

Processo - Febem/SP 2.870/94.

Conveniente - Febem/SP.

Conveniada - Prefeitura Municipal de São Vicente.

Objeto - Retificação do Convênio celebrado entre as partes, suprimindo as Cláusulas Quinta e Sétima e Ratificação das demais Cláusulas.

Vigência - 4 anos, a partir de 20-12-94, data de assinatura do Convênio.

Data de assinatura do instrumento de retificação: 18-9-96.

Valor - Isento

**SEGURANÇA PÚBLICA**

Secretário: José Afonso da Silva  
Av. Higienópolis, 758 - Higienópolis - Fone: 826-1244

**GABINETE DO SECRETÁRIO****Resolução SSP-335, de 30-9-96**

Autoriza a Polícia Civil a receber, por doação, de Aristela Magalhães Penneado, arma de fogo.

O Secretário da Segurança Pública, nos termos do Decreto 25.644, de 7-8-86, resolve:

Artigo 1.º - Fica a Polícia Civil autorizada a receber, por doação, sem encargos, de Aristela Magalhães Penneado, 1 revólver marca Taurus, calibre 38, oxidado, cano curto, OA-25201, cabo de madeira, capacidade para cinco cápsulas, no valor de R\$ 300,00, para uso no 1.º Distrito Policial de Assis/SP.

Artigo 2.º - A Polícia Civil adotará as providências de caráter contábil e administrativo, necessárias à incorporação patrimonial, bem como, através da Divisão de Produtos Controlados - do Departamento de Polícia Científica - DPC - as providências pertinentes à regularização dos registros relativos à arma.

Artigo 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Resolução SSP-336, de 30-9-96**

Classifica função de serviço público para efeito de atribuição de "pro labore" e dá outras providências.

O Secretário da Segurança Pública, no uso de suas atribuições e à vista do que consta no Proc. DGP-4.845-96 (GS-3.001-96), resolve:

Artigo 1.º - Para efeito de atribuição de gratificação de "Pro labore" de que trata o artigo 28, da Lei 10.123, de 10-7-68, fica classificada na Referência 7, da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 712, de 13-4-93, uma função de Vencimentos-Comissão, destinada à Seção de Administração de Subfrotas do Serviço de Administração da Cadeia Pública 4, do Departamento de Assuntos Carcerários, criados pelo artigo 1.º parágrafo único, III, "e" do Decreto 38.348, de 21-1-94.

Artigo 2.º - O valor do "pro labore" a ser pago ao funcionário ou servidor que desempenha ou venha desempenhar a função de serviço público de que trata esta Resolução será fixado por ato específico.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento-programa vigente.

Artigo 4.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6-9-96.

**Resolução SSP-337, de 30-9-96**

Classifica função de serviço público para efeito de atribuição de "pro labore" e dá outras providências.

O Secretário da Segurança Pública, no uso de suas atribuições e à vista do que consta no Proc. DGP-4.936-96 (GS-2.864-96), resolve:

Artigo 1.º - Para efeito de atribuição de gratificação de "Pro labore" de que trata o artigo 28, da Lei 10.123, de 10-7-68, fica classificada na Referência 16 da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 712, de 13-4-93, uma função de serviço público de Diretor de Serviço, destinado ao Serviço de Administração da Cadeia Pública 4, do Departamento de Assuntos Carcerários, criado pelo artigo 1.º parágrafo único, III, do Decreto 38.348, de 21-1-94.

Artigo 2.º - O valor do "pro labore" a ser pago ao funcionário ou servidor que desempenha ou venha desempenhar a função de serviço público de que trata esta Resolução será fixado por ato específico.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento-programa vigente.

Artigo 4.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6-9-96.

**Resolução SSP-338, de 30-9-96**

Classifica função de serviço público para efeito de atribuição de "pro labore" e dá outras providências

O Secretário da Segurança Pública, no uso de suas atribuições e à vista do que consta no Proc. DGP-1478-93 (GS-1669/93), resolve:

Artigo 1.º - Para efeito de atribuição de gratificação de "pro labore" de que trata o artigo 28, da Lei 10.168, de 10-7-68, fica classificada na Referência 7, da Escala de Vencimentos-Comissão, instituída pela Lei Complementar 712, de 13-4-93, uma função de serviço público de Chefe de Seção, destinada à Seção de Pessoal do Serviço de Administração da Delegacia Seccional de Polícia de Fernandópolis da Delegacia Regional de Polícia de São José do Rio Preto do DEINTER.

Artigo 2.º - O valor do "pro labore" a ser pago ao funcionário ou servidor que desempenha ou venha desempenhar a função de serviço público de que trata esta Resolução será fixado por ato específico.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento-programa vigente.

Artigo 4.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10-7-95.

**RESOLUÇÕES DE 30-09-96****HOMOLOGANDO:**

a Deliberação 88/96 do Conselho Estadual de Trânsito, que assim constituiu a Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 163ª Ciretran de Junqueirópolis:

Presidente: Dr. Francisco de Marcos RG. 3.455.013  
Membros : Sr. José Carlos Diniz RG. 6.140.294  
              Sr. José de Souza RG. 9.698.877

Suplentes  
Presidente: Dr. Antonio Carlos Mendes Furini RG. 6.344.511  
Membros : Sr. Claudio Berrocozo RG. 7.258.114  
              Sr. Adão Bozelli RG. 10.903.760

a Deliberação 89/96 do Conselho Estadual de Trânsito, que assim constituiu a Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 202ª Ciretran de Cerqueira César:

Presidente: Dr. Marcelo Aparecido de Oliveira RG. 3.164.587  
Membros : Sr. Claudinei Venâncio da Silva RG. 18.443.618  
              Sr. Roberto Pereira da Silva RG. 7.563.901

Suplentes  
Presidente: Dr. José Geraldo Malekiás RG. 10.418.076  
Membros : Sr. Humberto de Freitas Negrão RG. 2.618.398  
              Sr. Romeu Romero RG. 9.340.373

a Deliberação 91/96 do Conselho Estadual de Trânsito, que assim constituiu a Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 132ª Ciretran de Suzano:

Presidente: Dr. Luiz Carlos Prado RG. 4.813.868  
Membros : Sr. Luiz Carlos Renzi RG. 4.369.793  
              Sr. João Bosco Silva RG. 4.224.219

Suplentes  
Presidente: Dra. Teresa Perez Prado RG. 6.188.853  
Membros : Sr. Luiz Antonio de Jesus RG. 6.287.158  
              Sr. Antonio Dias Malafias RG. 2.710.917

a Deliberação 92/96 do Conselho Estadual de Trânsito, que aprovou a indicação do Sr. BRAZ ATILIO MODALEI-RG.13.259.839, para integrar como membro titular e

o Sr. ANELIO ZAMBERLAN-RG.3.351.493, como membro suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 14ª Ciretran de Presidente Prudente, respectivamente, em substituição ao Sr. Alexandre Murad.

a Deliberação 93/96 do Conselho Estadual de Trânsito, que aprovou a indicação do Sr. GERSON DE OLIVEIRA MUMES-RG.18.599.956, para integrar como membro titular da Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 78ª Ciretran de Campos do Jordão, em substituição ao Sr. Julio Rodrigues Junior.

a Deliberação 85/96 do Conselho Estadual de Trânsito, que aprovou a indicação do Dr. ARCI MAR PEREIRA, RG.2.995.147-1, para integrar como Presidente da 3ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações da Secretaria Municipal de Transportes de Campinas, em substituição ao Dr. Hamilton Cavioz la.

a Deliberação 87/96 do Conselho Estadual de Trânsito, que assim constituiu a Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 287ª Ciretran de Cunha:

Presidente: Dr. Marco Antonio de Siqueira RG. 2.694.316  
Membros : Sr. Dulcineia Aparecida Galhardo Pa-  
              gundes Renoldi RG. 12.418.002  
              Sr. José Valdemir dos Santos RG. 17.436.011

Suplentes  
Presidente: Dra. Vânia Idalina Zaccaro de Oliveira RG. 16.139.174  
Membros : Sr. Elaine Maria de Camargo RG. 16.891.222  
              Sr. José Francisco dos Santos RG. 4.440.567

a Deliberação 90/96 do Conselho Estadual de Trânsito, que assim constituiu a Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 266ª Ciretran de Rincão:

Presidente: Dr. Luiz Carlos Diniz RG. 9.346.087  
Membros : Sr. Ariovaldo Donizeti Maielo RG. 21.103.931  
              Sr. José Donizeti Alvarenga RG. 17.785.119

Suplentes  
Presidente: Dr. João Luiz Pereira de Abreu RG. 8.760.252  
Membros : Sr. Lucimara Aparecida de Luca RG. 25.674.312  
              Sr. José Luiz Torres RG. 5.779.482

**CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO****Deliberação Cetran-97, de 27-9-96**

O Conselho Estadual de Trânsito, considerando o que ficou decidido na reunião do dia 27-9-96, delibera aprovar a indicação de Alcino Vieira Filho, RG 5.107.896, para integrar como membro titular da 7ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento Estadual de Trânsito, em substituição a Belo Agostinho Velletri.

Esta Deliberação será homologada pelo Secretário da Segurança Pública, nos termos do artigo 6º, do Decreto 23.099, de 14-12-84.

**Deliberação Cetran-98 de 27-9-96**

O Conselho Estadual de Trânsito, considerando o que ficou decidido na reunião do dia 27-9-96, delibera aprovar a indicação do Dr. Nivaldo Surge, RG 4.594.162, para integrar como Presidente titular, e o Dr. Altino de Oliveira, RG 3.519.561, como Presidente Suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 57ª Ciretran de Santa Bárbara D' Oeste, respectivamente, em substituição à Dra. Magali Teresa Furlan de Freitas.

Esta Deliberação será homologada pelo Secretário da Segurança Pública, nos termos do artigo 6º, do Decreto 23.099, de 14-12-84.

**Deliberação Cetran-99, de 27-9-96**

Dispõe sobre constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 201ª Ciretran de Pindorama.

O Conselho Estadual de Trânsito, considerando o que ficou decidido na reunião do dia 27-9-96, delibera aprovar a constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 201ª Ciretran de Pindorama, com mandato de dois anos para os seguintes membros:

Presidente - Dr. Aurélio Antonio Trida; Membros Adair de Jesus Agostinho e Antonio Sergio de Sousa.

Suplentes - Presidente - Dr. José Oswaldo Marcial, Membros - Claudenir Florivaldo Leão e Antonio Bernardo Soares.

Esta Deliberação será homologada pelo Secretário da Segurança Pública, nos termos do artigo 6º, do Decreto 23.099, de 14-12-84.

**Deliberação Cetran-100 de 27-9-96**

O Conselho Estadual de Trânsito, considerando o que ficou decidido na reunião do dia 20-9-96; Considerando a necessidade de uniformizar critérios para juntada de documentos que comprovem o alegado em recurso, delibera:

A prova documental que instruir recurso de multas deve ser original, não se aceitando cópias reprográficas, mesmo autenticadas. O interessado, após julgamento final, poderá requerer o desentranhamento do documento, desde que ofereça cópia reprográfica autenticada para substituí-lo.

Fica cancelada a Deliberação Cetran - 51-91, com o acréscimo determinado para deliberação Cetran de 14-7-95.

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 1996, DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 20/09/96.

As dez horas do dia vinte de setembro de mil novecentos e noventa e seis, nesta Cidade de São Paulo, reuniu-se o Conselho Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo para, em sua sede, realizar a Trigesima Terceira Sessão Ordinária do corrente ano, sob a Presidência do Conselheiro Francisco Guimarães do Nascimento e presenças dos Conselheiros Luiz Francisco Dias da Silva, Danilo Rosin, José Guersi, Dulce Lutfalla, Serafim Gonzalez e Antonio Barbosa de Souza. Justificadas as ausências dos Conselheiros Paulo Cezar da Silva e Cleusa Rangel. Abertos os trabalhos, foram lidos e aprova- das as atas da 32ª Sessão Ordinária e 37ª Sessão Extraordinária, realizadas em 13/09/96. NA ORDEM DO DIA, foram apreciados os seguintes recursos: A) JARIS DO DSV: I- RELATOR: Conselheiro Danilo Rosin. - DEFERIDOS, por votação unânime: Proc. n.º 1.1.00201.6/96, nº 1.1.00205.4/0/96, 1.1.00206.0/96, 1.1.00206.6/96, 1.1.00206.5/96, 1.1.00206.3/0/96, 1.1.003538.6/96, 1.1.003542.6/96, 1.1.003544.0/96, Intº: Américo de Biagi Teixeira. Proc. n.º 1.1.005330.9/96, 1.1.005333.3/96, Intº: Leandro Rodrigues Paiva Filho. Proc. 1.4.001140.8/96, Intº: Lígia Marcia Alvachian Fernandes. Proc. 1.4.001147.2/96, Intº: Rosemire Ventola Bastos Netto. Proc. 1.4.001153.0/96, Intº: Manuel Gonçalves Pinto. Proc. 1.4.001152.6 / 96, Intº: Bernardo José Ferraz. INDEFERIDOS, por votação unânime : Proc. 1.1.003735.4/96, Intº: Paulo Botelho Dala Martha. Proc. n.º 1.1.004535.7/96, Intº: Carlos Roberto de Oliveira Sauer. Proc. n.º 1.4.001141.4/96, Intº: Milena Ciongoli. Proc. 1.4.001142.1/96, Intº Meire de Fátima Silva. Proc. 1.4.001148.9/96, Intº: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Proc. 1.4.001150.3/96, Intº: Mário Guilherme dos Santos. Proc. 1.4.001155.5/96, Intº: Nilson Eder Biral. II- RELATOR: Conselheiro José Guersi. DEFERIDO, por votação - unânime: Proc. 1.4.001011.3/96, Intº: Jacques Markenzon. III- RELATOR: Conselheiro Serafim Gonzalez. DEFERIDOS, contra o voto da Conselheira Dulce Lutfalla: Proc. 1.4.001166.7/96, 1.4.001167.3/96, 1.4.001168.0/96, 1.4.001169.6/96, 1.4.001170.4/96, 1.4.001171.1/96, 1.4.001172.7/96, Intº: Departamento Estadual de Trânsito. INDEFERIDO, por votação unânime: Proc. 1.4.001033.7/96, Intº: Jayme Sergio Borgo. IV- RELATOR: Conselheiro Antonio Barbosa de Souza. INDEFERIDO, por votação unânime: Proc. 1.4.001021.9/96, 1.4.001022.5/96, Intº: Antonio Diogo Ferreira Camillo. Proc. n.º 1.4.001122.0/96, 1.4.001123.6/96, 1.4.001124.2/96, 1.4.001125.9/96, 1.4.001126.5/96, 1.4.001127.1/96, 1.4.001128.8/96, 1.4.001129.4/96, 1.4.001130.2/96, 1.4.001131.9/96, 1.4.001132.5/96, 1.4.001133.1/96, 1.4.001134.8/96, Intº: Janyr Egle Rodrigues Mouco. B) JARIS DO DETRAN: I- RELATOR: Conselheira Dulce Lutfalla. Recurso não apreciado por falta do comprovante de recolhimento da multa: Proc. 022/96 - Birigui. Intº: - Zilda Ramalho Teixeira Deixum. II- RELATOR: Conselheiro Serafim Gonzalez. DEFERIDOS, por votação unânime: Protocolo Detran n.º 0064494/3/95. Recursos de multas da Delegacia Regional de Polícia de Piracicaba. (AIIP nº U279187247, placa B2-7068, Intº: José Ricardo Ballistiero). (AIIP nº U259753607, placa BPY-1911, Intº: José Gilberto Tognin). Nada mais havendo a tratar, foram dados por encerrados os trabalhos desta reunião, lavrando-se do ocorrido esta ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária.

ATA DA 38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 199